

Terminal Químico de Aratu S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1-3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10-51



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas, sendo considerada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras comparativas da Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar (Sociedade) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 22 de fevereiro de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2017	2016	Passivo	Nota explicativa	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	262.634	63.748	Financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	12	12.210	26.833
Aplicações financeiras	3	39.440	21.115	Fornecedores nacionais		34.580	37.694
Contas a receber de clientes	4	34.557	33.331	Salários e encargos sociais	13	26.283	22.852
Estoques		5.626	6.243	Obrigações tributárias	14	6.863	8.073
Impostos a recuperar	5	11.735	7.937	Dividendos propostos a pagar		15.646	20.943
Demais contas a receber		3.603	4.645	Imposto de renda e contribuição social a pagar		209	4.041
Contas a receber - indenização seguradora	27	-	366.678	Benefícios pós-emprego	15.b	2.283	2.146
Despesas antecipadas	8	4.014	11.327	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.a	6.364	5.963
				Contas a pagar - indenização de seguradoras	27	75.979	132.321
				Adiantamento de clientes		2.311	2.188
				Contraprestação contingente		-	9.356
				Demais contas a pagar		3.402	10.054
Total do ativo circulante		361.609	515.024	Total do passivo circulante		186.130	282.464
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	3	3.426	3.426	Financiamentos	12	22.780	34.956
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.a	14.323	26.226	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.a	20.040	19.470
Depósitos judiciais	16	7.944	8.370	Benefícios pós-emprego	15.b	3.371	2.337
Despesas antecipadas	8	566	2.028	Contraprestação contingente		6.456	6.683
Sociedades relacionadas	6.a	20.950	-	Adiantamento de clientes		24.151	16.307
				Demais contas a pagar		1.839	1.006
Total do ativo realizável a longo prazo		47.209	40.050	Total do passivo não circulante		78.637	80.759
Investimentos				Patrimônio líquido			
Empreendimento controlado em conjunto	9	6.096	4.518	Capital social	17.a;17.c	747.896	745.986
Outros		1.070	1.070	Instrumento patrimonial outorgado	17.b	5	-
Imobilizado	10	691.025	657.396	Reservas de lucros	17.c	374.891	317.252
Intangível	11	279.529	270.456	Ajuste de avaliação patrimonial	2.n;17.d	(1.068)	(702)
				Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	17.e	47	62.755
Total do ativo não circulante		1.024.929	973.490	Total do patrimônio líquido		1.121.771	1.125.291
Total do ativo		1.386.538	1.488.514	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.386.538	1.488.514

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2017	2016
Receita líquida de serviços	18	438.360	355.412
Custos dos serviços prestados	19	<u>(218.457)</u>	<u>(198.976)</u>
Lucro bruto		219.903	156.436
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e comerciais	19	(8.144)	(7.061)
Gerais e administrativas	19	(104.603)	(92.111)
Resultado na venda de bens	20	4.871	(354)
Outros resultados operacionais, líquidos	21	<u>(37.056)</u>	<u>72.454</u>
Lucro operacional		74.971	129.364
Receitas financeiras	22	30.470	22.168
Despesas financeiras	22	<u>(8.672)</u>	<u>(10.690)</u>
Resultado financeiro líquido		21.798	11.478
Equivalência patrimonial	9	<u>1.578</u>	<u>(27)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>98.347</u>	<u>140.815</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	7.b;7.c	(11.059)	(15.839)
Diferido	7.b	<u>(12.091)</u>	<u>(23.163)</u>
		<u>(23.150)</u>	<u>(39.002)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>75.197</u>	<u>101.813</u>
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	23	0,998	1,351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2017	2016
Lucro líquido do exercício		75.197	101.813
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:			
Perdas atuariais de benefício pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.n;17.d	(366)	(267)
Resultado abrangente do exercício		<u>74.831</u>	<u>101.546</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
			Incentivos Fiscais	Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	735.452	-	12.335	24.049	273.247	(435)	-	-	1.044.648
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	101.813	101.813
Outros resultados abrangentes:									
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas de imposto de renda e contribuição social	2.n;17.d	-	-	-	-	(267)	-	-	(267)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	(267)	-	101.813	101.546
Aumento de capital com reservas	17.a;17.c	10.534	(10.534)	-	-	-	-	-	-
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	16	16
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	16	-	-	(16)	-
Destinação do resultado líquido:									
Reserva legal	17.c	-	-	5.091	-	-	-	(5.091)	-
Reserva de incentivos fiscais	7.c;7.d	-	13.048	-	-	-	-	(13.048)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (0,2775 por ação)	17.e	-	-	-	-	-	-	(20.919)	(20.919)
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios (R\$ 0,8325 por ação)	17.e	-	-	-	-	-	62.755	(62.755)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	745.986	-	14.849	29.140	273.263	(702)	62.755	-	1.125.291
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	75.197	75.197
Outros resultados abrangentes:									
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas de imposto de renda e contribuição social	2.n;17.d	-	-	-	-	(366)	-	-	(366)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	(366)	-	-	(366)
Aumento de capital com reservas	17.a;17.c	1.910	(1.910)	-	-	-	-	-	-
Instrumento patrimonial outorgado	17.b	-	5	-	-	-	-	-	5
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	4	4
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	4	-	-	(4)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais		-	1.620	-	(1.620)	-	-	-	-
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais		-	-	-	-	-	(62.755)	-	(62.755)
Destinação do resultado líquido:									
Reserva legal	17.c	-	-	3.760	-	-	-	(3.760)	-
Reserva para retenção de lucros		-	-	-	46.955	-	-	(46.955)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	7.c;7.d	-	8.830	-	-	-	-	(8.830)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,1186 por ação ordinária)	17.e	-	-	-	-	-	47	(7.270)	(7.223)
Dividendos propostos (R\$ 0,5953 por ação preferencial)	17.e	-	-	-	-	-	-	(8.382)	(8.382)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	747.896	5	23.389	32.900	318.602	(1.068)	47	-	1.121.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		75.197	101.813
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Equivalência patrimonial	9	(1.578)	27
Depreciações e amortizações	10;11	47.669	43.357
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	10;11	3.023	2.814
Juros, variações monetárias e cambiais		1.829	4.809
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.b	12.091	23.163
Resultado na venda de bens	20	(4.871)	354
Outros		(182)	(137)
		<u>133.178</u>	<u>176.200</u>
(Aumento) diminuição no ativo circulante			
Contas a receber de clientes	4	(1.226)	(8.736)
Estoques		617	306
Impostos a recuperar	5	(3.798)	8.867
Dividendos recebidos de controlada em conjunto		-	364
Demais contas a receber		367.720	(267.047)
Despesas antecipadas	8	7.313	(5.379)
Aumento (diminuição) no passivo circulante			
Fornecedores nacionais		(3.114)	19.952
Salários e encargos sociais	13	3.431	5.582
Obrigações tributárias	14	(1.210)	4.092
Imposto de renda e contribuição social		6.559	8.325
Benefícios pós-emprego	15.b	137	2.146
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	401	4.003
Demais contas a pagar		(72.227)	43.960
(Aumento) diminuição no ativo não circulante			
Depósitos judiciais	16	426	849
Despesas antecipadas	8	1.462	1.260
Aumento (diminuição) no passivo não circulante			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	570	7.798
Benefícios pós-emprego	15.b	668	98
Demais contas a pagar		8.450	(9.639)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(10.391)</u>	<u>(4.284)</u>
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		<u>438.966</u>	<u>(11.283)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras, líquidas de resgates	3	(18.325)	(3.526)
Aquisição de imobilizado	10	(92.548)	(76.067)
Aquisição de intangível	11	(10.333)	(3.451)
Receita com a venda de bens		16.505	570
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		<u>(104.701)</u>	<u>(82.474)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos			
Captação	12	115	6.002
Amortização	12	(27.063)	(33.102)
Juros pagos	12	(3.828)	(5.941)
Dividendos pagos		(83.653)	-
Sociedades relacionadas	6.a	(20.950)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		<u>(135.379)</u>	<u>(33.041)</u>
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		<u>198.886</u>	<u>(126.798)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	63.748	190.546
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	262.634	63.748

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais, exceto as porcentagens)

	Nota explicativa	2017	%	2016	%
Receitas					
Receita bruta de serviços	18	501.992		410.817	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão	4	799		-	
Resultado na venda de bens	20	4.871		(354)	
		<u>507.662</u>		<u>410.463</u>	
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(171.054)		(41.095)	
Recuperação de valores de ativos		1		1	
		<u>(171.053)</u>		<u>(41.094)</u>	
Valor adicionado bruto		<u>336.609</u>		<u>369.369</u>	
Retenções					
Depreciações e amortizações	10;11	(50.692)		(46.171)	
		<u>(50.692)</u>		<u>(46.171)</u>	
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade		<u>285.917</u>		<u>323.198</u>	
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	9	1.578		(27)	
Receitas financeiras	22	30.470		22.168	
		<u>32.048</u>		<u>22.141</u>	
Valor adicionado total a distribuir		<u>317.965</u>		<u>345.339</u>	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos		113.617	36	103.003	30
Impostos, taxas e contribuições		105.217	32	115.522	34
Despesas financeiras e alugueis		23.934	8	25.001	7
Dividendos		15.652	5	83.674	24
Lucros retidos		59.545	19	18.139	5
Valor adicionado distribuído		<u>317.965</u>	<u>100</u>	<u>345.339</u>	<u>100</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

O Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Sociedade”) está domiciliado no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1343, 4º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a operação dos terminais de líquidos que requerem manuseio especial.

A Sociedade opera no Porto de Aratu no Estado da Bahia, no Complexo Industrial Portuário de Suape no Estado de Pernambuco, nos terminais de Santos no Estado de São Paulo, no terminal do Estado do Rio de Janeiro, no terminal de Itaqui no Estado do Maranhão e no terminal de Paranaguá no Estado do Paraná com participação de 50% na União Vopak Armazéns Gerais Ltda (“União Vopak”).

A capacidade instalada da Sociedade totaliza 696.189 m³ em 31 de dezembro de 2017.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável.

As receitas de serviços prestados de armazenagem e os respectivos custos são reconhecidos no resultado em função da sua realização. O custo dos serviços prestados inclui o custo de armazenamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 3 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Ativos financeiros

Conforme o CPC 38, 39 e 40(R1), os ativos financeiros da Sociedade são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- **Mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Disponíveis para venda:** ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.
- **Empréstimos e recebíveis:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade, vide nota explicativa nº 25.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide notas explicativas nº 4 e 25 – Risco de crédito de clientes).

e. Estoques

Os estoques referem-se a materiais de consumo e estão demonstrados pelo valor de custo, líquido de provisão para perdas.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Investimentos

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 9).

Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento (vide nota explicativa nº10), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução do valor recuperável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 10, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

h. Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo dos serviços prestados ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 26.c).

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 11):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa (“UCG”) para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 11.i).

- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software* e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 11, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade não tem contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade possui ágios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 11.i).

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.s).

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros, líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 12.e).

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 7.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

m. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 16).

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

n. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 15.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

o. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

p. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

q. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.k, 3, 12 e 25), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 4 e 25), determinação dos valores de imposto de renda diferido (notas explicativas nº 2.l e 7), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f e 9), à vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.g e 10), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.i e 11), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativas nº 2.m e 16) e estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.n e 15.b). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

r. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso a Sociedade considera projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade não registrou redução ao valor recuperável nos exercícios apresentados (vide nota explicativa nº 11.i).

s. *Ajuste a valor presente*

A Sociedade analisou os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante. Não foram identificadas a aplicabilidade do ajuste a valor presente que tenham efeitos relevantes.

t. *Combinação de negócios*

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

u. *Demonstrações de valor adicionado*

A Sociedade elaborou, de maneira voluntária, as demonstrações do valor adicionado, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

v. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade elaborou as demonstrações de fluxo de caixa, nos termos do CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade apresenta os juros pagos sobre financiamentos nas atividades de financiamentos. A Sociedade apresenta nas atividades de investimento, as aplicações financeiras em bases deduzidas dos rendimentos.

w. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) entraram em vigor em 31 de dezembro de 2017:

	CPC	Vigente em
	<u>correspondente</u>	<u>Vigente em</u>
• Divulgação do IAS 7 (<i>Disclosure Initiative - Amendments to IAS 7</i>): esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento (vide nota explicativa 12.a).	03 (R2)	2017
• Reconhecimento de Imposto de Renda Diferido Ativo IAS 12 (<i>Recognition of Deferred Tax Assets for Unrealised Losses - Amendments to IAS 12</i>): esclarecimentos feitos pelo IASB sobre reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.	32	2017

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2017:

	CPC	Vigente em
	<u>correspondente</u>	<u>Vigente em</u>
• Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i> .	48	2018
• Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente.	47	2018
• Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	06 (R2)	2019

A Sociedade não adotou antecipadamente estes IFRS/CPC nas suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade divulga a seguir as informações relevantes, conhecidas ou razoavelmente estimadas dos possíveis impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47) que estavam disponíveis na preparação dessas demonstrações financeiras, e estão sujeitas a alterações até que o primeiro conjunto completo de demonstrações financeiras com a adoção inicial seja divulgado em 2018.

(1) Adoção do IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros:

a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros:

A Sociedade avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluiu preliminarmente que a classificação a ser adotada para a maioria das aplicações financeiras será a mensurada a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e os fundos de investimentos serão classificados como mensurado a valor justo por meio do resultado.

A Sociedade não espera impactos materiais decorrentes destas alterações.

b) Perdas de crédito esperadas

A Sociedade avaliou as perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, levando em consideração, no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses e para a vida útil do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes.

A Sociedade não espera impactos materiais decorrentes destas alterações.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade não identificou impactos decorrentes desta alteração e está avaliando a adoção do IFRS 9 ou a permanência da aplicação do IAS 39.

A Sociedade está avaliando os expedientes práticos da adoção inicial do CPC 48 para a conclusão se será feita a adoção retrospectiva ou prospectiva dos impactos.

(2) Adoção do IFRS 15 (CPC 47) – Reconhecimento de receita de contrato com cliente:

A Sociedade avaliou todas as etapas para o reconhecimento de suas receitas de contratos com cliente e com base no seu diagnóstico não identificou impactos materiais de mensuração decorrentes da adoção desta norma. A Sociedade está avaliando os expedientes práticos da adoção inicial do CPC 47 para a conclusão se será feita a adoção retrospectiva ou prospectiva dos impactos.

Em relação ao arrendamento mercantil – IFRS 16, a Sociedade está avaliando os potenciais efeitos desse pronunciamento, porém não espera impacto relevante no reconhecimento do direito de uso e dívida referente a esses contratos.

x. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Reunião de Diretoria da Sociedade, em 21 de fevereiro de 2018.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 25 conforme suas características e intenção da Sociedade.

O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizaram R\$ 305.500 em 2017 (R\$ 88.289 em 2016) e estão distribuídos conforme abaixo:

• Caixa e equivalentes de caixa

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos		
Em moeda nacional	722	1.160
Em moeda estrangeira	2.819	55
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa em moeda nacional		
Títulos de renda fixa	<u>259.093</u>	<u>62.533</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>262.634</u></u>	<u><u>63.748</u></u>

• Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Sociedade, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras em moeda nacional		
Títulos e fundos de renda fixa	<u>42.866</u>	<u>24.541</u>
Total de aplicações financeiras	<u><u>42.866</u></u>	<u><u>24.541</u></u>
Circulante	39.440	21.115
Não circulante	3.426	3.426

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Contas a receber de clientes

A composição do contas a receber é demonstrado conforme a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Clientes nacionais	31.604	35.399
Clientes estrangeiros	5.125	903
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.172)</u>	<u>(2.971)</u>
Total do circulante	<u><u>34.557</u></u>	<u><u>33.331</u></u>

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
2017	36.729	22.247	9.796	1.455	3	54	3.174
2016	36.302	22.207	5.975	2.597	711	179	4.633

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 2015	2.971
Adições	-
Saldo em 2016	<u>2.971</u>
Baixas	<u>(799)</u>
Saldo em 2017	<u><u>2.172</u></u>

Para maiores informações sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota explicativa nº 25 - Risco de crédito de clientes).

5 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do IRPJ e da CSLL.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRPJ e CSLL	11.201	7.393
Outros	<u>534</u>	<u>544</u>
Total - Circulante	<u><u>11.735</u></u>	<u><u>7.937</u></u>

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

	Demais a receber	Mútuos	Operações comerciais	Operações comerciais	Transações	
	Ativo	Ativo	A receber⁽¹⁾	A pagar⁽¹⁾	Vendas	Compras
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	-	-	-	18	-	448
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	-	-	-	-	2.537	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	-	-	-	-	10.831	-
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	-	-	-	-	7.526	-
Companhia Ultragaz S.A.	-	20.950	-	41	-	690
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	-	-	-	32.979	-
Imaven Imóveis Ltda.	-	-	-	5	-	-
Ipiranga Lubrificantes S.A.	-	-	301	-	301	-
Ultrapar Participações S.A. ⁽²⁾	1.585	-	-	-	-	-
Total em 2017	1.585	20.950	301	64	54.174	1.138

	Operações comerciais		Transações	
	A receber⁽¹⁾	A pagar⁽¹⁾	Vendas	Compras
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	-	-	1.594	-
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	-	86	-	356
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	717	-	9.322	-
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	947	-	13.246	-
Companhia Ultragaz S.A.	-	12	-	238
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	-	24.779	-
Total em 2016	1.664	98	48.941	594

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

⁽²⁾ Refere-se ao Plano de Ações (vide nota explicativa nº 6.c).

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à prestação de serviços de armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Pessoal-chave da administração

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 6.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 15.b).

A Sociedade contabilizou despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Remuneração de curto prazo	3.124	2.850
Remuneração em ações	340	440
Benefício pós-emprego	165	274
Total	<u>3.629</u>	<u>3.564</u>

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”) e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária da Ultrapar, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (“Plano de Ações”). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Ultrapar e suas controladas recebem em usufrutos os direitos de voto e econômico de ações, a propriedade dessas ações fica retida pelas controladas da Ultrapar. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e sete anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Ultrapar e/ou suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. O valor total concedido a executivos até 2017, incluindo encargos tributários, foi R\$ 6.227 (R\$ 8.413 até 2016). Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao exercício de 2017 no montante de R\$ 1.191 (R\$ 1.317 em 2016) foi registrada como despesa geral e administrativa. Adicionalmente, houve uma reversão no montante de R\$ 1.362 devido à interrupção do vínculo de um membro da administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Ultrapar mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, a diretores ou empregados da Ultrapar ou de controladas sob o seu controle direto ou indireto.

Poderão ser indicados para participar deste novo plano os administradores (quer sejam estatutários ou designados, exceto membros do Conselho de Administração da Ultrapar) ou empregados em posições de comando da Ultrapar ou de controladas sob o seu controle direto ou indireto (“Participantes”), observadas as disposições de cada programa. O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e Organização, designado para assessorá-lo na administração do Plano (“Comitê”), conforme o caso, indicará, por meio dos programas de incentivo em ações (“Programa”), aqueles que farão jus ao usufruto sobre as ações de emissão da Ultrapar e à concessão de ações de emissão da Ultrapar. Poderão ser entregues aos Participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Ultrapar, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 5.564.051 ações ordinárias.

O Conselho de Administração aprovou a criação do 1º Programa de ações restritas e de performance. O valor total concedido a executivos até 2017, incluindo encargos tributários foi de R\$ 214. Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de três a seis anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao exercício de 2017 no montante de R\$ 9 foi registrada como despesa geral e administrativa.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade reconhece créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	2017	2016
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisões para perda de ativos	46	1.352
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.908	8.578
Provisão para benefícios pós-emprego	1.922	1.524
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	45	90
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	7.292	7.292
Provisão para diferenças caixa vs. competência	7	14
Demais provisões	6.066	4.962
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar	2.180	11.597
Total	<u>26.466</u>	<u>35.409</u>
Compensações de saldos passivos	<u>(12.143)</u>	<u>(9.183)</u>
Saldos líquidos apresentados no ativo	<u><u>14.323</u></u>	<u><u>26.226</u></u>
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisão para diferenças caixa vs. competência	10	10
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	11.908	8.931
Reavaliação de imobilizado	225	242
Total	<u>12.143</u>	<u>9.183</u>
Compensações de saldos ativos	<u>(12.143)</u>	<u>(9.183)</u>
Saldos líquidos apresentados no passivo	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	2017	2016
Saldo inicial	26.226	49.251
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(12.091)	(23.163)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	188	138
Saldo final	<u><u>14.323</u></u>	<u><u>26.226</u></u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

Até 1 ano	11.249
De 1 a 2 anos	2.138
De 2 a 3 anos	2.062
De 3 a 5 anos	4.153
De 5 a 7 anos	4.337
De 7 a 10 anos	<u>2.527</u>
Total de ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u><u>26.466</u></u>

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	2017	2016
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	96.769	140.842
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(32.901)</u>	<u>(47.886)</u>
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:		
Despesas indedutíveis (i)	510	(6.113)
Receitas não tributáveis (ii)	-	1.406
Demais ajustes	411	543
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	<u>(31.980)</u>	<u>(52.050)</u>
Incentivos fiscais – SUDENE	8.830	13.048
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	<u>(23.150)</u>	<u>(39.002)</u>
Corrente	(11.059)	(15.839)
Diferido	(12.091)	(23.163)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	23,9%	27,7%

- i. Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos e certas provisões; e
- ii. Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões.

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes unidades da Sociedade gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Terminal de Suape	75	2020
Terminal de Aratu	75	2022
Terminal de Itaquí	75	2025

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de (CSLL) a compensar

Em 2017, a Sociedade possui prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 6.411, (R\$ 34.109 em 2016), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 2.180 (R\$ 11.597 em 2016).

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Despesas antecipadas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 6.c)	990	2.442
Prêmios de seguros	2.977	9.928
Aluguéis	564	846
Outros	49	139
	<u>4.580</u>	<u>13.355</u>
Circulante	4.014	11.327
Não circulante	566	2.028

9 Investimentos

Empreendimento controlado em conjunto

A Sociedade participa da União Vopak, que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

A composição e movimentação do investimento em empreendimento controlado em conjunto é demonstrada abaixo:

Saldo em 2015	4.545
Equivalência patrimonial	<u>(27)</u>
Saldo em 2016	4.518
Equivalência patrimonial	<u>1.578</u>
Saldo em 2017	<u>6.096</u>

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado da União Vopak:

	2017	2016
Ativo circulante	7.110	4.228
Ativo não circulante	6.627	6.383
Passivo circulante	1.210	700
Passivo não circulante	336	876
Patrimônio líquido	12.191	9.035
Receita líquida	15.260	12.030
Custos e despesas operacionais	(10.852)	(12.430)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.252)	346
Lucro (prejuízo) líquido	3.156	(54)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	29.995
Participação no capital social - %	50	50

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

10 Imobilizado

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2016	Adições	Depreciações	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2017
Custo:							
Adiantamentos fornecedores	-	1.125	-	-	(1.125)	-	-
Terrenos	-	35.078	-	-	-	(534)	34.544
Edificações	34	60.832	182	-	-	(11.608)	49.406
Benfeitorias em imóveis de terceiros	32	193.302	1.766	-	3.452	(466)	198.054
Máquinas e equipamentos	18	785.639	19.375	-	24.492	(10.152)	819.354
Veículos	6	9.013	2.283	-	284	(2.026)	9.554
Móveis e utensílios	10	6.131	503	-	225	(168)	6.691
Obras em andamento	-	24.183	67.160	-	(28.052)	-	63.291
Equipamentos de informática	5	10.653	3.426	-	622	(153)	14.548
		<u>1.125.956</u>	<u>94.695</u>	<u>-</u>	<u>(102)</u>	<u>(25.107)</u>	<u>1.195.442</u>
Depreciação acumulada:							
Edificações		(21.784)	-	(1.455)	-	4.858	(18.381)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(61.173)	-	(5.553)	-	205	(66.521)
Máquinas e equipamentos		(373.837)	-	(39.168)	-	7.025	(405.980)
Veículos		(2.249)	-	(846)	-	1.056	(2.039)
Móveis e utensílios		(3.825)	-	(377)	-	155	(4.047)
Equipamentos de informática		(5.581)	-	(1.932)	-	146	(7.367)
		<u>(468.449)</u>	<u>-</u>	<u>(49.331)</u>	<u>-</u>	<u>13.445</u>	<u>(504.335)</u>
Provisão para perdas:							
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(41)	-	-	-	14	(27)
Máquinas e equipamentos		(70)	-	-	-	15	(55)
		<u>(111)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29</u>	<u>(82)</u>
Custo líquido		<u>657.396</u>	<u>94.695</u>	<u>(49.331)</u>	<u>(102)</u>	<u>(11.633)</u>	<u>691.025</u>

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2015	Adições	Depreciações	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2016
Custo:							
Adiantamentos fornecedores	-	-	1.125	-	-	-	1.125
Terrenos	-	35.078	-	-	-	-	35.078
Edificações	34	59.621	417	-	794	-	60.832
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33	189.436	1.067	-	2.804	(5)	193.302
Máquinas e equipamentos	18	746.694	10.583	-	29.901	(1.539)	785.639
Veículos	6	5.210	4.702	-	(159)	(740)	9.013
Móveis e utensílios	10	5.464	611	-	126	(70)	6.131
Obras em andamento	-	7.650	56.399	-	(39.866)	-	24.183
Equipamentos de informática	5	7.471	2.812	-	373	(3)	10.653
		<u>1.056.624</u>	<u>77.716</u>	<u>-</u>	<u>(6.027)</u>	<u>(2.357)</u>	<u>1.125.956</u>
Depreciação acumulada:							
Edificações		(20.189)	-	(1.595)	-	-	(21.784)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(56.177)	-	(5.351)	353	2	(61.173)
Máquinas e equipamentos		(342.067)	-	(35.941)	3.098	1.073	(373.837)
Veículos		(1.927)	-	(688)	-	366	(2.249)
Móveis e utensílios		(3.514)	-	(321)	-	10	(3.825)
Equipamentos de informática		(4.591)	-	(990)	-	-	(5.581)
		<u>(428.465)</u>	<u>-</u>	<u>(44.886)</u>	<u>3.451</u>	<u>1.451</u>	<u>(468.449)</u>
Provisão para perdas:							
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(38)	(3)	-	-	-	(41)
Máquinas e equipamentos		(56)	(14)	-	-	-	(70)
		<u>(94)</u>	<u>(17)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(111)</u>
Custo líquido		<u>628.065</u>	<u>77.699</u>	<u>(44.886)</u>	<u>(2.576)</u>	<u>(906)</u>	<u>657.396</u>

As benfeitorias em imóveis de terceiros e obras em andamento referem-se substancialmente às construções e infraestruturas realizadas nos portos e terminais operados pela Sociedade.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 2016	Adições	Amortizações	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2017
Custo:							
Ágio (i)	-	254.870	-	-	-	-	254.870
Software (ii)	5	18.944	7.983	-	102	(1.061)	25.968
Direitos de propriedade comercial (iii)	30	16.334	2.350	-	-	-	18.684
		<u>290.148</u>	<u>10.333</u>	<u>-</u>	<u>102</u>	<u>(1.061)</u>	<u>299.522</u>
Amortização acumulada:							
Software		(12.529)	-	(812)	-	1.060	(12.281)
Direitos de propriedade comercial		(7.163)	-	(549)	-	-	(7.712)
		<u>(19.692)</u>	<u>-</u>	<u>(1.361)</u>	<u>-</u>	<u>1.060</u>	<u>(19.993)</u>
Custo líquido		<u>270.456</u>	<u>10.333</u>	<u>(1.361)</u>	<u>102</u>	<u>(1)</u>	<u>279.529</u>

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 2015	Adições	Amortizações	Transfe-rências	Saldo em 2016
Custo:						
Ágio (i)	-	254.870	-	-	-	254.870
Software (ii)	5	15.166	3.451	-	327	18.944
Direitos de propriedade comercial (iii)	30	16.334	-	-	-	16.334
Fundo de comércio	-	21.243	-	-	(21.243)	-
		<u>307.613</u>	<u>3.451</u>	<u>-</u>	<u>(20.916)</u>	<u>290.148</u>
Amortização acumulada:						
Software		(11.794)	-	(735)	-	(12.529)
Direitos de propriedade comercial		(6.613)	-	(550)	-	(7.163)
Fundo de comércio		(21.243)	-	-	21.243	-
		<u>(39.650)</u>	<u>-</u>	<u>(1.285)</u>	<u>21.243</u>	<u>(19.692)</u>
Custo líquido		<u>267.963</u>	<u>3.451</u>	<u>(1.285)</u>	<u>327</u>	<u>270.456</u>

i) Os ágios gerados na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio:

	2017	2016
Ágio na aquisição de:		
União Terminais	211.089	211.089
Temmar	43.781	43.781
	<u>254.870</u>	<u>254.870</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções são de 9,6% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: para 2018 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram considerados a previsão de inflação geral ou índice de preço previstos nos contratos.

Novos investimentos: para 2018 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. A Sociedade deverá investir R\$ 247 milhões, sendo R\$ 115 milhões na expansão do terminal de Itaqui e Suape, com conclusões previstas para 2019 e 2020, respectivamente, e na melhoria contínua da segurança e da infraestrutura dos terminais.

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

ii) *Software* inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos sistemas utilizados pela Sociedade, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, gerenciamento operacional de armazenagem, entre outros.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

iii) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A Sociedade possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o Terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pela Sociedade foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A Sociedade possui contrato de arrendamento de área adjacente ao Porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de graneis líquidos. O preço pago pela Sociedade foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Custo dos serviços prestados	1.361	1.282
Despesas gerais e administrativas	-	3
	<u>1.361</u>	<u>1.285</u>

12 Financiamentos

a. Composição

Descrição	2017	2016	Índice/Moeda	Encargos	Vencimento
				financeiros médios ponderados em 31/12/2017 - % a.a.	
Moeda nacional:					
BNDES (b)	13.362	34.110	TJLP (i)	+1,7	2018 a 2021
Banco do Nordeste do Brasil (c)	21.512	27.249	R\$	+8,5	2018 a 2021
BNDES (c)	109	405	R\$	+5,4	2018 a 2020
Total moeda nacional	<u>34.983</u>	<u>61.764</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>7</u>	<u>25</u>			
Total moeda nacional	<u>34.990</u>	<u>61.789</u>			
Circulante	12.210	26.833			
Não circulante	22.780	34.956			

(i) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Em 31 de dezembro de 2017, a TJLP estava fixada em 7,0% a.a.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos empréstimos é demonstrada abaixo:

Saldo em 2016	61.764
Captações com efeito caixa	115
Apropriação de juros	3.738
Pagamento de principal	(27.063)
Pagamento de juros	(3.828)
Variação monetária	257
Saldo em 2017	<u>34.983</u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2017	2016
De 1 a 2 anos	8.875	12.014
De 2 a 3 anos	8.446	8.935
De 3 a 4 anos	5.479	8.475
De 4 a 5 anos	-	5.532
	<u>22.780</u>	<u>34.956</u>

b. BNDES

A Sociedade possui financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados.

A manutenção dos índices financeiros exigidos nesses contratos refere-se as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da controladora Ultrapar.

A Ultrapar mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Ultrapar e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Banco do Nordeste do Brasil

A Sociedade possui contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil no valor principal total de R\$ 46 milhões, com taxa pré-fixada de 10% a.a. paga mensalmente, sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") e foram utilizados para financiar a construção do terminal portuário em Itaqui em São Luís-MA. O financiamento possui vencimento em setembro de 2021.

d. Garantias

Os financiamentos estão garantidos por avais e notas promissórias no montante de R\$ 34.993 em 2017 (R\$ 61.778 em 2016).

e. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. O saldo a amortizar em 2017 é de R\$ 8 (R\$ 14 em 2016) e o montante amortizado no exercício foi de R\$ 6 (R\$ 7 em 2016).

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Salários e encargos sociais

	2017	2016
Participação nos lucros, bônus e prêmios	13.311	11.066
Provisões sobre folha de pagamento	9.162	8.228
Encargos sociais	3.559	3.339
Outros	251	219
	<u>26.283</u>	<u>22.852</u>

14 Obrigações tributárias

	2017	2016
ISS	2.377	1.986
PIS e COFINS	3.090	4.790
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	803	869
Outros	593	428
	<u>6.863</u>	<u>8.073</u>

15 Benefícios a empregados e plano de previdência privada

a. *ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar*

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Ultrapar aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Ultrapar e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Ultrapar e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2017, a Sociedade contribuiu com R\$ 1.529 (R\$ 1.440 em 2016) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2017 atingiu 610 participantes ativos e 7 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 1 ex-funcionário recebendo benefício conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Benefícios pós-emprego

A Sociedade reconhece provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço e indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”) para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente em 31 de dezembro de 2017, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R2).

	2017	2016
Multa FGTS	3.202	2.528
Gratificação	2.452	1.955
Total	<u>5.654</u>	<u>4.483</u>
Circulante	2.283	2.146
Não circulante	3.371	2.337

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	2017 % a.a.	2016 % a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	9,51	11,46
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	8,38	8,52
Taxa de inflação (longo prazo)	4,50	5,00

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

16 Provisões e contingências

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte envolvida em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimados e atualizados pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 2016	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 2017
Trabalhistas (a.1)	7.531	2.233	(2.595)	442	7.611
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2)	16.613	702	(387)	118	17.046
Tributárias e previdenciárias (a.3)	1.289	457	(2)	3	1.747
Total	<u>25.433</u>	<u>3.392</u>	<u>(2.984)</u>	<u>563</u>	<u>26.404</u>
Circulante	5.963				6.364
Não circulante	19.470				20.040

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Tributários	1.726	143
Trabalhistas	6.154	6.271
Cíveis e outros	<u>65</u>	<u>1.956</u>
Total – ativo não circulante	<u>7.944</u>	<u>8.370</u>

a.1) Provisões trabalhistas

A Sociedade mantém provisão de R\$ 7.611 em 2017 (R\$ 7.531 em 2016) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

a.2) Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade possui provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 17.046 em 2017 (R\$ 16.613 em 2016).

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.3) Provisões tributárias e previdenciárias

A Sociedade possui mandado de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Sociedade ressalta ser possível ao STF restringir os efeitos do julgamento ou decidir que a eficácia seja alcançada a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. Em que pese o contexto favorável, a sociedade aguarda o efetivo trânsito em julgado da decisão para mensurar o benefício econômico a ser obtido.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade é parte em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelo departamento jurídico baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 163.181 (R\$ 161.265 em 2016).

b.1) Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

b.1.1) Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido, em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da Sociedade. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A Sociedade discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”), não havendo, neste momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação in natura dos eventuais danos. Caso as negociações com o MPE e MPF sejam concluídas de maneira satisfatória para as partes envolvidas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente. Adicionalmente, no âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da Sociedade, que aguarda citação da demanda para tomar todas as medidas cabíveis à sua defesa. Para maiores informações vide nota explicativa nº 27.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 75.383.776 ações, sendo 61.302.780 ordinárias e 14.080.996 preferenciais, sem valor nominal.

Em 28 de abril de 2017 houve aumento de capital com reservas de incentivos fiscais no montante de R\$ 1.910 (R\$ 10.534 em 2016).

Às ações preferenciais são assegurados dividendos não cumulativos de 6% ao ano sobre o seu valor unitário, bem como a distribuição de um novo dividendo adicional se às ações ordinárias forem distribuídos dividendos de percentual superior ao da distribuição já feita.

b. Instrumento patrimonial outorgado

Em 19 de abril de 2017 foi aprovado novo plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da controladora Ultrapar (vide nota explicativa nº 6.c).

c. Reservas de lucros

Reserva de incentivos fiscais

Refere-se à isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela SUDENE (vide nota explicativa nº 7.c).

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e inclui tanto a parcela do lucro líquido do exercício como a realização da reserva de reavaliação.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas.

A proposta de dividendos e destinação do resultado do exercício reconhecida nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

	2017
Lucro líquido do exercício	75.197
Reserva legal	(3.760)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(8.830)
Lucro líquido ajustado	<u>62.607</u>
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (R\$ 0,1186 por ação ordinária)	(7.270)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (R\$ 0,5953 por ação preferencial)	(8.382)
Total dos dividendos propostos no exercício	15.652
Retenção de lucros	46.955

18 Receita de serviços prestados

	2017	2016
Receita bruta de serviços prestados	501.992	410.817
Impostos sobre vendas	<u>(63.632)</u>	<u>(55.405)</u>
Receita líquida de serviços	<u><u>438.360</u></u>	<u><u>355.412</u></u>

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19 Despesas por natureza

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	2017	2016
Gastos com pessoal	131.484	116.622
Materiais de uso e consumo	76.347	65.157
Depreciação e amortização	47.669	43.356
Serviços prestados por terceiros	37.944	34.716
Aluguel de imóveis e equipamentos	18.682	16.901
Outras despesas	19.078	21.396
Total	<u>331.204</u>	<u>298.148</u>
Classificado como:		
Custos dos serviços prestados	218.457	198.976
Despesas com vendas e comerciais	8.144	7.061
Despesas gerais e administrativas	104.603	92.111
Total	<u>331.204</u>	<u>298.148</u>

20 Resultado na venda de bens

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 2017 o resultado foi um ganho de R\$ 4.871 (em 2016 uma perda de R\$ 354) principalmente de resultado da venda de ativo imobilizado.

21 Outros resultados operacionais, líquidos

	2017	2016
Sinistro – incêndio em Santos (vide nota explicativa nº 27)	(39.080)	76.443
Outros	2.024	(3.989)
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>(37.056)</u>	<u>72.454</u>

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	29.314	21.336
Juros de clientes	1.113	812
Outras receitas	43	20
	<u>30.470</u>	<u>22.168</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos	(1.924)	(4.983)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(3.703)	(2.168)
Variações cambiais	(2.244)	(494)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(801)	(3.045)
	<u>(8.672)</u>	<u>(10.690)</u>
Resultado financeiro, líquido	21.798	11.478

23 Lucro por ação

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação. Não existe diferença entre o lucro básico e diluído por ação em todos os exercícios apresentados.

	2017	2016
Lucro líquido da Sociedade	<u>75.197</u>	<u>101.813</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	75.384	75.384
Lucro básico e diluído por ação - R\$ (ações ordinárias e preferenciais)	<u>0,998</u>	<u>1,351</u>

24 Informações relativas à área geográfica

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, bem como através de prestação de serviços para clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Receita líquida de serviços prestados:		
Brasil	377.324	340.552
Estados Unidos e Canadá	33.548	8.912
Europa	27.488	5.948
Total	<u>438.360</u>	<u>355.412</u>

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Riscos e instrumentos financeiros

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança Os principais fatores de risco a que a Sociedade está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo Conselho de Administração da Ultrapar (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira da Ultrapar, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras composto por membros da Diretoria Executiva da Ultrapar (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Ultrapar.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira da Ultrapar.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

As operações da Sociedade substancialmente se localizam no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 2017 e 2016:

	2017	2016
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	2.819	55
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	5.125	903
Contas a receber - indenização seguradora no exterior	-	153.178
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>1.306</u>	<u>1.311</u>
Posição líquida ativa – total	<u>9.250</u>	<u>155.447</u>

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida ativa de R\$ 9.250 em moeda estrangeira:

		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
	<u>Risco</u>	10%	25%	50%
Efeito no resultado	Depreciação do Real	925	2.313	4.625
Efeito no resultado	Apreciação do Real	(925)	(2.313)	(4.625)

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de juros

A Sociedade adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade são, principalmente, mantidas em operações vinculadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 3. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do BNDES e Banco do Nordeste do Brasil, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

A Sociedade procura manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 2017 e 2016:

Em milhões de Reais	Nota explicativa	2017	2016
CDI			
Equivalentes de caixa	3	259,1	62,5
Aplicações financeiras	3	42,9	24,5
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	25	(1,3)	(1,3)
Posição líquida ativo em CDI		<u>300,7</u>	<u>85,7</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	12	(13,4)	(34,1)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(13,4)</u>	<u>(34,1)</u>
Posição líquida ativo total exposto a juros pós fixados		<u>287,3</u>	<u>51,6</u>

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa incremental ou redução na receita que teria sido reconhecida no resultado financeiro de 2017, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

Em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Redução CDI	(3,0)	(7,4)	(14,6)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Redução do CDI	0,0	0,0	0,0
Redução na receita		<u>(3,0)</u>	<u>(7,4)</u>	<u>(14,6)</u>
Efeito nos juros da dívida	Elevação TJLP	(0,2)	(0,4)	(0,8)
Despesa incremental		<u>(0,2)</u>	<u>(0,4)</u>	<u>(0,8)</u>

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixas e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº3) e contas a receber (vide nota explicativa nº4).

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade por insolvência. A Sociedade executa regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total. A Sociedade manteve, em 2017, R\$ 2.172 (R\$ 2.971 em 2016) de provisão para perda nas contas a receber.

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade examina, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade acredita possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais.

O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 14,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade possuía R\$ 302,1 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 3).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 da Sociedade, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 31 de dezembro de 2017 no balanço patrimonial.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Em milhões de Reais	
				Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ⁽¹⁾⁽²⁾	40,2	14,6	2,6	0,2	-
Fornecedores	34,6	34,6	-	-	-

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se como premissa macroeconômica, incluindo, na média para o período, TJLP de 6,75%.

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 3) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 12). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade pode utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade utiliza a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade:

	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência (nocial)¹</u>		<u>Valor justo</u>		<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>
		2017	2016	2017	2016	2017	
<u>Instrumentos de proteção</u>							
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte- americanos							
Ativos em dólares norte- americanos	jan/18	USD 404	USD 400	1.306	1.311	1.306	-
Passivo em taxa de juros CDI		USD (404)	USD (400)	(1.307)	(1.336)	-	1.307
Resultado acumulado		-	-	(1)	(25)	1.306	1.307
Resultado acumulado total bruto				(1)	(25)	1.306	1.307
Imposto de renda				(6)	-	-	-
Resultado acumulado total líquido				(7)	(25)	1.306	1.307
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 12)				(7)	(25)		

¹ Em milhares. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de dezembro de 2017, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

- a- Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI. Em 2017, a Sociedade possuía contratos de swap em aberto que totalizavam US\$ 0,4 milhões de principal com posição passiva, na média a 80,2% do CDI, com posição ativa a US\$ + 0,0% a.a.

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram a demonstração de resultado e o patrimônio líquido da Sociedade.

	<u>2017</u>	
	<u>Resultado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i)	0,4	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	1,4	-
Total	1,8	-

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2016	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i)	(0,1)	-
Total	(0,1)	-

(i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida).

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros em 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	Categoria	Nota explicativa	2017		2016	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	3	3.541	3.541	1.215	1.215
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3	259.093	259.093	62.533	62.533
Aplicações financeiras:						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3	37.530	37.530	19.640	19.640
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	3	1.910	1.910	1.475	1.475
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	3	3.426	3.426	3.426	3.426
Total			305.500	305.500	88.289	88.289
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	12	34.983	36.070	61.764	60.906
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	12	7	7	25	25
Total			34.990	36.077	61.789	60.931

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

O valor justo de financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade pode utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensurados a valor justo através do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 3). Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade em 2017 e 2016:

	Categoria	Nota explicativa	2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	3	3.541	3.541	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3	259.093	259.093	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3	37.530	37.530	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	3	1.910	1.910	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantido até o vencimento	3	3.426	3.426	-	-
Total			305.500	305.500	-	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	12	36.070	-	36.070	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	12	7	-	7	-
Total			36.077	-	36.077	-
	Categoria	Nota explicativa	2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	3	1.215	1.215	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3	62.533	62.533	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3	19.640	19.640	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	3	1.475	1.475	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantido até o vencimento	3	3.426	3.426	-	-
Total			88.289	88.289	-	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	12	60.906	-	60.906	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	12	25	-	25	-
Total			60.931	-	60.931	-

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2017. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 3,31 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 29 de dezembro de 2017, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 29 de dezembro de 2017 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólar norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	1	336	670
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(1)	(336)	(670)
(1)+(2)	Efeito líquido	-	-	-

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

26 Compromissos

a. Contratos

A Sociedade possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a Sociedade deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2017, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,90 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A Sociedade tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

b. Cobertura de seguros

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros. O valor máximo indenizável com base na análise de risco da perda máxima possível de um determinado local é de R\$ 740 milhões.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Ultrapar e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. *Contratos de arrendamento mercantil operacional*

A Sociedade mantém contrato de arrendamento mercantil operacional, relacionado ao uso de equipamentos de informática. Este contrato tem prazo de 36 meses. A Sociedade tem a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
2017	64	-	-	64

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa em 2017, foi R\$ 355 (R\$ 387 em 2016).

27 Ultracargo - incêndio em Santos

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Sociedade em Santos, que atingiu seis tanques, representativos de 4% da capacidade total da Sociedade em 31 de dezembro de 2014. O acidente e seus impactos foram investigados pelas Polícias Civil e Federal, que concluíram não ser possível determinar a causa origem do acidente e tão pouco individualizar conduta ativa ou passiva relacionada à causa, não havendo imputação penal de qualquer indivíduo ou da Sociedade, por ambas as autoridades. Não obstante, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia em face da Sociedade, que aguarda citação da demanda para tomar todas as medidas cabíveis à sua defesa.

A etapa de descomissionamento da área afetada foi finalizada e dos 150 mil m³ que estavam paralisados, foram obtidas, em junho de 2017, as licenças necessárias para a volta da operação equivalente a 67,5 mil m³. A tancagem remanescente permanece paralisada e em processo de recuperação para posterior licenciamento e início da operação.

Em 31 de dezembro de 2016 foram reconhecidos em seguros a receber o montante de R\$ 366.678 e reconhecidas indenizações a cliente e terceiros no montante de R\$ 99.863. No primeiro trimestre de 2017, a Ultracargo recebeu integralmente das seguradoras o valor das indenizações. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente de indenizações a clientes e terceiros é de R\$ 72.216. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes a ações judiciais e pleitos extrajudiciais no montante de R\$ 88.075 e R\$ 25.852 (R\$ 96.408 e R\$ 16.637 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente.